

Boletim Gaúcho de Geografia

<http://seer.ufrgs.br/bgg>

CONJUNTURA E GEOGRAFIA ECONÔMICA

Lisandra Pereira Lamoso

Boletim Gaúcho de Geografia, 26: 97-105, jul., 2000.

Versão online disponível em:

<http://seer.ufrgs.br/bgg/article/view/39638/26524>

Publicado por

Associação dos Geógrafos Brasileiros



Portal de Periódicos
UFRGS

UNIVERSIDADE FEDERAL
DO RIO GRANDE DO SUL

Informações Adicionais

Email: portoalegre@agb.org.br

Políticas: <http://seer.ufrgs.br/bgg/about/editorialPolicies#openAccessPolicy>

Submissão: <http://seer.ufrgs.br/bgg/about/submissions#onlineSubmissions>

Diretrizes: <http://seer.ufrgs.br/bgg/about/submissions#authorGuidelines>

Data de publicação - jul., 2000

Associação Brasileira de Geógrafos, Seção Porto Alegre, Porto Alegre, RS, Brasil

CONJUNTURA E GEOGRAFIA ECONÔMICA¹

*Lisandra Pereira Lamoso**

Com o governo de Fernando Collor, iniciado em 1990, foi intensificado o processo de “abertura” da economia nacional à competição estrangeira, diminuindo a reserva de mercado e as restrições a importação de bens de consumo produzidos nos mercados estrangeiros. Isso resultou em baixas tarifas de importação, no crescimento da entrada de mercadorias estrangeiras dos mais variados tipos e utilidades e à maior exposição da indústria nacional à competição em escala internacional. Com as facilidades de importação, muitos produtos foram deixados de serem fabricados pelo mercado interno, devido a diferença de custos entre os vários países e à pressão política exercida pelos que precisavam expandir seus mercados consumidores para gerarem empregos em seu território, como Estados Unidos, por exemplo, e também para abrirem oportunidades de investimentos e reprodução do capital. (Não por mero acaso, a partir da institucionalização de políticas neoliberais em vários países da América Latina, a economia norte-americana passou a colecionar superávits comerciais, apresentar taxas de crescimento no emprego e conseqüentes aumentos nos índices de popularidade de seu governo independente de escândalos particulares).

As medidas adotadas, principalmente pelo conjunto de países da América Latina, seguiram o receituário neoliberal prescrito pelo Banco Mundial e entidades financeiras internacionais. Um conjunto de governos “afinados” com a política do Consenso de Washington foi eleito nos países da América Latina: Carlos Saul Menen, na Argentina; Salinas Gortari, no México; Alberto Fujimori, no Peru e Fernando Collor, no Brasil.

Os dez mandamentos do Consenso de Washington, que resumem a política imposta pelos organismos internacionais são:

1) **Ajuste fiscal** - limitar os gastos do Estado à arrecadação, eliminando o déficit público.

2) **Abertura financeira** - eliminar as restrições às aplicações financeiras de instituições estrangeiras no país².

3) **Abertura comercial** – redução das alíquotas de importação, tornando mais

barata a entrada de mercadorias fabricadas em outros países, estimulando as importações.

4) **Desregulamentação** – redução das normas governamentais que regulam o funcionamento da economia (que foi traduzida para o senso comum como a “desburocratização do aparelho estatal”).

5) **Fiscalização dos gastos públicos e fim de obras “faraônicas” por parte do Estado** (em completa oposição ao modelo Keynesiano que propunha que o Estado realizasse investimentos como forma de alavancar o crescimento econômico dos vários setores da economia).

6) **Redução da participação do Estado** – é a adoção de limites para a intervenção do Estado na economia e, como consequência disso, a redução da máquina pública de administração.

7) **Fim das restrições ao capital externo** – possibilitar que o capital estrangeiro concorra de igual com o capital nacional. Por exemplo: antes havia restrições às empresas estrangeiras que pretendessem obter concessões de lavra de recursos minerais no subsolo brasileiro. Tais empresas deveriam associarem-se a alguma empresa de capital nacional (predominando o capital nacional na composição acionária). Regras como essas foram eliminadas resultando na diminuição (quando não a ausência) de transferência de tecnologia para o Brasil e para as empresas nacionais. As parcerias e limitações ao capital estrangeiro forçavam empresas a repassarem *know how* a suas parceiras se desejassem atingir o mercado interno. A eliminação das restrições reduziu as possibilidades desse mecanismo³.

O capital privado e o estatal estrangeiro, compraram empresas como a Arno, fabricante de eletrodomésticos (comprada pela empresa francesa SEB), a Batavo⁴, do ramo de lácteos, (comprada pela italiana Parmalat, que passa a dominar 42% do mercado de leite longa-vida no país); a fábrica de chocolates Lacta, comprada pela americana Philip Morris, a fábrica de peças Metal Leve⁵, adquirida pela empresa alemã Mahle, a Empresa Ceval Alimentos comprada pelo grupo argentino Bunge e outras. As fusões e aquisições de empresas nacionais por grandes empresas estrangeiras afetam a organização do espaço anterior, que será regido por novas lógicas internas e externas.

Alguns lugares terão alterada sua participação no processo produtivo. Segundo SANTOS (1985, p.3):

“cada lugar ademais, tem a cada momento, um papel próprio no processo produtivo. Este, como se sabe, é formado de produção propriamente dita, circulação, distribuição e consumo.”

E a chegada da grande empresa, por mais internacionalizada que seja, funciona como um fator de concentração, em alguns privilegiados pontos do espaço, de mais e mais atividades.

Estes investimentos representam, no balanço das demonstrações financeiras, e talvez na propaganda política, a entrada de recursos no país, mas não significam, necessariamente, a criação de novos empregos ou crescimento econômico. Devemos diferenciar a entrada de capital estrangeiro que gera investimentos e novos empreendimentos do capital estrangeiro que entra para fazer aquisições da capacidade produtiva já instalada e para fazer parte do processo de privatizações.

Existe entrada de capital gerando novos investimentos? Sim, também. Caso bastante comentado pela imprensa é a instalação de montadoras na região metropolitana do município de Curitiba-PR. Os investimentos da Audi/Volkswagen, Renault e Chrysler estão criando empregos e provocando modificações na organização espacial da região e do Estado. Estimulam novas demandas por comunicações, energia e transportes. O Porto de Paranaguá está sendo completamente reformado para ampliar sua capacidade de embarque e desembarque, dinamizando as relações comerciais com Europa e Mercosul. As importações pelo terminal de Paranaguá fazem parte da contrapartida das montadoras aos incentivos dados pelo estado para suas instalações. É claro, também, que a reforma portuária tende a beneficiar o conjunto da economia, lembrando que a decisão da instalação é parte em função da diminuição das facilidades de importação de veículos. O aumento de tarifas de importação torna atraente a produção em território nacional dado o tamanho de seu potencial mercado consumidor.

8) Reestruturação do sistema previdenciário – seguindo a política neoliberal do Estado mínimo, a previdência administrada pelo Estado deteriorou-se a ponto de ser reestruturada (com forte apelo emocional de “inibir privilégios”) abrindo um amplo campo de investimentos para empresas particulares que administram planos de previdência privada e planos de saúde. A empresa americana ATL dedicada, entre outras coisas, a planos de saúde, está abrindo uma subsidiária no Brasil, com sede em São Paulo, com o objetivo de participar do crescimento da demanda pelo setor (visto as mudanças na previdência social e o estado dos serviços de saúde pública no Brasil). A ATL pretende satisfazer a demanda por serviços, que cresce a taxa de 20% só no mercado brasileiro⁷. É considerável que a entrada de empresas estrangeiras possa ampliar a opção e aumentar a concorrência, mas não significa nada para aqueles que não tem acesso aos planos privados. A questão da melhoria da qualidade dos serviços públicos de saúde para o conjunto da população não tem relação direta com a entrada dessas empresas porque seus serviços não serão gratuitos.

9) Investimento em infra-estrutura básica – que refere-se ao suporte clássico para reprodução do capital, circulação de mercadorias, de informações e de pessoas.

Este ponto tem efetivamente recebido recursos, via implantação do Projeto Brasil em Ação, lançado pelo Ministério do Planejamento. O projeto desenvolve atualmente 43 projetos, tendo investido 31 bilhões de reais em 1997 e tem a previsão de investir 32 bilhões em 1998. Os recursos concentram-se em duas áreas prioritárias: transporte e energia.

Tabela 1 – Projetos relativos à infra-estrutura em execução pelo programa Brasil em Ação

TRANSPORTES	ENERGIA
Pavimentação da BR 174	Gás natural de Urucu
Recuperação da BR 364/168	Linha de transmissão de Tucuruí
Recuperação descentralizada de rodovias	Conclusão de Xingó
Duplicação da Fernão Dias	Sistema de transmissão associado a Xingó
Rodovia do Mercosul	Gasoduto Bolívia-Brasil
Hidrovia do Madeira	Interligação do sistema elétrico
Hidrovia do São Francisco	
Hidrovia Araguaia-Tocantins	
Conclusão da hidrovia Tietê-Paraná	
Ligação ferroviária Unai-Pirapora	
Ferronorte	
Porto de Suape	
Porto de Pecém	
Modernização do Porto de Sepetiba	
Modernização do Porto de Santos	

FONTE: MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, 1998.

O privilégio dado à questão dos transportes e da energia proporciona a determinados lugares um conjunto de condições que: podem inseri-los no rol dos futuros pontos de investimentos; aumentar sua integração ao mercado; dinamizar suas relações com a economia externa; acelerar a modernização das condições técnicas instaladas; atrair mais modernizações, enfim, modificar a organização de seu espaço produtivo. Ou mesmo deixá-los às margens do desenvolvimento, como um “lugar de passagem”, lugar de passagem entre dois lugares mais importantes (a extensão de um gasoduto pode passar por lugares sem necessariamente provocar substanciais transformações em todos os lugares por onde passa).

10) **Privatizações** – a venda de empresas de propriedade do Estado, que em determinado momento histórico, no Brasil, a partir da década de 30, sustentaram o processo de industrialização.

Em 1990 foi criado o Programa Nacional de Desestatização - PND e, desde então, foram privatizadas 50 empresas e participações acionárias estatais federais ligadas ao setor produtivo (siderurgia, química e petroquímica, energia elétrica e fertilizantes). Foram realizadas concessões das malhas da Rede Ferroviária Fede-

ral e feito o arrendamento para a exploração de contêineres Tecon-1, do Porto de Santos, da Companhia Docas de São Paulo – CODESP.

Tabela 2 – Empresas desestatizadas (agrupadas por setor)

SETOR SIDERÚRGICO	Usiminas, Cosinor, Aços Finos Piratini, Companhia Siderúrgica Tubarão, Acesita, Companhia Siderúrgica nacional, Cosipa, Açominas
SETOR QUÍMICO E PETROQUÍMICO	Petroflex, Copesul, Nitriflex, Polisul, PPH, CBE, Poliolefinas, Deten, Oxiten, PQU, Copene, Salgema, CPC, Polipropileno, Álcalis, Pronor, Politeno, Nitrocarbono, Coperbo, Ciquine, Polialden, Acrinor, Koppol, CQR, CBP, Polibrasil, EDN
SETOR DE FERTILIZANTES	Arafertil, Ultrafertil, Goiasfertil, Fosfertil, Indag.
SETOR ELÉTRICO	Light, Escelsa
SETOR FERROVIÁRIO	RFFSA-Malha Oeste, RFFSA- Malha Centro-Leste, RFFSA-Malha Sudeste, RFFSA- Teresa Cristina, RFFSA-Malha Sul, RFFSA-Malha Nordeste
SETOR DE MINERAÇÃO	Companhia Vale do Rio Doce, Carafba
SETOR PORTUÁRIO	TECON (Santos)
SETOR FINANCEIRO	Meridional
OUTROS SETORES	Embraer, Mafersa, Celma, SNBP

FONTE: BNDES, 1998.

A privatização é um dos pontos mais polêmicos no rol das recomendações do Consenso de Washington. Pretendemos alterar o foco das atenções das privatizações (que são justificadas pela redução da interferência do Estado sobre a economia, para discutir uma política que teria sido alternativa, de concessões dos serviços públicos (administrados por empresas públicas) para a iniciativa privada. Partimos, nesta discussão, das idéias do economista Ignácio Rangel (1982 e 1990), sobre uma política de concessões e de sua teoria sobre a dialética da capacidade ociosa.

As concessões seriam uma proposta para capitalizar os recursos que a iniciativa privada e alguns setores desenvolvidos têm, sem que o Estado perdesse o controle sobre os mesmos. Seria como se o Estado fosse o proprietários de vários imóveis e estivesse passando por uma difícil situação financeira, a opção tomada para

solucionar o problema seria o aluguel das casas e não a venda de seu patrimônio. No caso do Estado, o procedimento ocorre com uma avaliação de quais setores encontram-se com excesso de capacidade e quais estão deficitários. Canalizando recursos dos setores capitalizados para os setores com estrangulamento como forma de dar continuidade ao processo de desenvolvimento.

Esse levantamento de áreas com capacidade ociosa estava sendo feito pelo BNDE a partir de 1987, mas foi interrompido pela política implantada no governo Collor de Melo. Os setores trabalhando com capacidade ociosa identificados foram indústria pesada, de construção e o setor exportador, conforme conferência apresentada pela economista Maria Rosário Pizo⁸. Mas como não foi a política adotada, a opção foi pela venda de empresas capitalizadas, com poder de competição em mercados extremamente oligopolizados (como é o caso da Companhia Vale do Rio Doce) e os recursos⁹ obtidos com suas vendas não foram empregados diretamente em investimentos internos, mas para diminuir os juros da dívida externa. O que coloca por terra todo discurso de que o governo sairia de setores produtivos para dedicar-se à área social, principalmente saúde e educação.

É importante a recordação do apelo pelo social e a crítica do apelo, pois mesmo após a venda da CVRD, uma das mais famosas do processo de privatização, setores como saúde e educação continuam sucateados e mantidos com o aumento da carga tributária sobre o próprio contribuinte (caso do CPMF para financiar a saúde).

Do decálogo do Consenso, é difícil afirmar qual recomendação não estaria sendo seguida. As principais medidas foram iniciadas pelo Governo de Fernando Collor, com breve suspensão durante o processo de impeachment e de indefinição política-econômica de seu sucessor, o Presidente Itamar Franco. Com a estabilização da moeda, implementada pelo Plano Real, as medidas do Consenso continuam sendo implementadas no governo Fernando Henrique Cardoso, impulsionadas pela aliança à direita, com o Partido da Frente Liberal.

Uma das grandes vantagens do Brasil frente à economia de outros países em desenvolvimento, está no potencial de seu mercado consumidor e justamente na não conclusão de seu processo de desenvolvimento. Explicando melhor, significa que o país ainda está por ser construído e isso abre um amplo leque de investimentos e de saída para crises de acumulação. A infra-estrutura está por ser realizada: sistema rodoviário, ferroviário, hidroviário, expansão da capacidade de geração da energia elétrica, investimentos em transporte coletivo, saneamento básico, telecomunicações. Não precisamos de medidas recessivas porque temos oportunidades de investimento.

Como exemplo do contra-discurso sobre o desemprego, citemos o caso dos bancários. Apregoa-se aos quatro cantos que o desemprego no setor bancário tende a aumentar devido à adoção de estratégias de terceirização e por causa dos investimentos em automação, substituindo mão-de-obra. No caso brasileiro, não necessariamente. No Brasil apenas 18% da população tem conta bancária e 1/3 do

municípios brasileiros nem banco tem¹⁰. A inserção desse conjunto de pessoas aos sistema bancário demandaria pela criação de empregos no setor, assim como também a maior regulamentação do funcionamento dos mesmos pelo Estado, no sentido de melhorar o atendimento ao público. O sistema bancário economiza no número de funcionários, mas a dita automação não foi capaz de reduzir as filas.

Não só no terciário essa questão se coloca, no setor primário também. Apesar da tendência apresentada pelos últimos levantamentos do IBGE, de concentração fundiária e liberação de mão-de-obra no campo¹¹, a política de diminuição de tarifas de importação para produtos agrícolas, tem colaborado com o aumento do desemprego no campo. O crescimento das importações de arroz, feijão e trigo são exemplares¹². Apenas no estado de São Paulo, a produção de arroz passou das 319 mil ton. alcançados em 1985 para 57,8 mil ton. em 95/96. Produtos como arroz e feijão são geralmente produzidos por pequenos produtores, com propriedades até 50ha, sob padrão de economia familiar – que são os mais diretamente atingidos pelas importações.

Ainda com relação ao setor agrícola voltado às exportações, para alguns produtos nos quais o Brasil apresenta vantagens comparativas, houve um pequeno acréscimo, como é o caso da cultura da laranja, que aumentou na última década 15,7 milhões de ton. Isso promove uma alteração substancial na organização do espaço agrário, levantando novas questões como: concentração fundiária e novo padrão espacial (com o recuo das culturas para consumo interno e a expansão das culturas voltadas para exportação), fluxos migratórios (se ocorrem), aumento de atividades do setor informal da economia, diminuição do padrão de vida dos empregados rurais (do padrão habitacional, de novos focos de favelamento, do aumento do número de sem-terra e acampamentos rurais,...).

A complexidade da mundialização econômica está também na seletividade dos investimentos, pois o capital tem o conjunto de quase todos os países para escolher e a seletividade se dá pelas vantagens oferecidas pelo lugar, pela combinação de fatores que, em um certo momento dado, responde pela capacidade de atração (ou não) de investimentos. No caso brasileiro, a vantagem está colocada pela capacidade de expansão do mercado interno. A tentativa do projeto do carro popular foi um exemplo da capacidade de absorção do mercado interno brasileiro. Carros não deixam de ser vendidos por que as pessoas já tem carros no Brasil, mas porque seu preço é elevado para o poder aquisitivo da população que ainda não conseguiu adquirir este bem de consumo. Pensamos, portanto, que a vantagem oferecida pelo Brasil, como opção para atração de investimentos é a própria característica de se ter muito o que fazer e um potencial mercado consumidor ainda por ser incorporado ao mercado.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BATISTA, Paulo Nogueira et al. *Em defesa do interesse nacional*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994.
- BAUMANN, Renato (org). *O Brasil e a economia global*. Rio de Janeiro: Campus/SOBEET, 1996.
- CALABI, Andrea Sandro; LUQUE, Carlos Antonio. *Os ciclos de expansão industrial e seus impactos*. São Paulo: Nobel/Ministério do Trabalho, 1985.
- CRUZ, Sebastião C. Velasco. *Estado e economia em tempo de crise: política industrial e transição política no Brasil nos anos 80*. Rio de Janeiro: Relume Dumará; Campinas: Editora da Unicamp, 1997.
- GAMEZ, Milton. *O Ataque do Santander*. Carta Capital, nº 30, p.82-83, 1998
- GAZETA MERCANTIL. *Relatório - dossiê eixos de desenvolvimento*. São Paulo: Gazeta Mercantil, 28 de maio de 1998.
- IBGE. *Censo agropecuário 1995/96*. Rio de Janeiro: IBGE, 1997 (dados preliminares).
- MAMIGONIAN, Armen. (org). *O pensamento de Ignácio Rangel*. Florianópolis: UFSC/PPGG, 1997.
- ISTO É DINHEIRO. *Mercado da saúde*. Isto é dinheiro. nº 34, p.66, 1998.
- MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO. *Programa Brasil em Ação*. Brasília: Ministério do Planejamento, 1998.
- RANGEL, Ignácio. *Ciclo, tecnologia e crescimento*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982.
- _____. *Recursos ociosos e política econômica*. São Paulo: Hucitec, 1990.
- SANTOS, Milton. *Espaço e método*. São Paulo: Nobel, 1985.
- _____. *A natureza do espaço*. São Paulo: Hucitec, 1996.
- VASSALO, Cláudia. Qual o futuro do Bradesco?. *Revista Exame*, nº 13 de junho p.20-30, 1998.
- VIEIRA, Sheila. *Indústria de alta tecnologia: reflexos da reserva de mercado e do neoliberalismo em Florianópolis*. Imprensa Universitária da UFSC, 1996.

*Professora de Geografia no Centro Universitário de Dourados - UFMS. Doutoranda do Programa de Pós-Graduação da FFLCH da Universidade de São Paulo.

¹Este texto foi elaborado para discussão na disciplina de Geografia Econômica, destinada a alunos do terceiro ano do curso de Geografia. Optamos por notas introdutórias com o objetivo de iniciar a discussão de forma didática. Se extrapolamos seus objetivos iniciais, foi com o intuito de nos colocarmos receptivos à contribuições.

²A esse respeito, temos assistido, com tendência de acentuação, o movimento de compra de bancos do capital privado nacional por instituições estrangeiras, como por exemplo a compra do Banco Bamerindus pelo Hong Kong Shanghai Bank Corporation (HSBC) e a compra do Banco Noroeste e do Banco Geral do Comércio, pelo grupo espanhol Santander, que com US\$2,5 bilhões já adquiriu seis bancos latino-americanos.

³Exemplos sobre essa política podem ser encontrados em VIEIRA (1996), quando analisa os reflexos da política neoliberal em Florianópolis.

- ⁴A Batavo é a marca principal da Cooperativa Central de Laticínios do Paraná (CCPL), um dos maiores complexos agroindustriais do país, que é formado pela associação das cooperativas: Batavo, Castrolanda e Arapoti, do Paraná, e Agromilk, de Santa Catarina. O que representa uma completa subordinação dos produtores de leite dessas regiões ao monopólio da empresa italiana.
- ⁵O setor de bens de capital, aquele responsável pela produção de máquinas e equipamentos, departamento básico da indústria, teve em 1997 um consumo aparente de US\$18 bilhões, quando a tendência histórica projetava o consumo de US\$60 bilhões, gerando 180.000 desempregados. Setor do qual a Metal Leve faz parte e está praticamente sendo desnacionalizado pelas aquisições estrangeiras, pós abertura econômica.
- ⁶A empresa lucra US\$ 430 milhões de dólares por ano e já opera em mais de 100 países
- ⁷Conferência realizada em Florianópolis-SC, em agosto de 1994. Publicada no livro "O pensamento de Ignácio Rangel".
- ⁸Até porque os recursos obtidos com as privatização é mínimo em termos de moeda corrente, sendo utilizados como moeda de privatização: debêntures da Siderbrás, certificados de privatização, obrigações do fundo nacional de desenvolvimento, créditos vencidos renegociados, títulos da dívida agrária, títulos da dívida externa, letras hipotecárias da Caixa Econômica Federal, notas do tesouro nacional – série M-NTN-M.
- ⁹Dados fornecidos pelo Presidente do Sindicato dos Bancários da Grande São Paulo, Ricardo Berzoine, 2 de junho de 1998.
- ¹⁰No período entre 1985 a 1995/96, cinco milhões de empregos foram eliminados no campo brasileiro, de acordo com dados do Censo Agropecuário 1995/96, em fase final de tabulação pelo IBGE.
- ¹¹A novidade na importação deve-se ao grande volume de cocos importados da Indonésia.
- ¹²Censo Agropecuário IBGE, 1995/96.